



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



**FRANKLIM PEREIRA DE ARAUJO**

**VISÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA  
MILITAR DE GOIÁS SOBRE A CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EM POLÍCIA  
COMUNITÁRIA**

**GOIÂNIA-GO**

**2024**

FRANKLIM PEREIRA DE ARAUJO

**VISÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA  
MILITAR DE GOIÁS SOBRE A CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EM POLÍCIA  
COMUNITÁRIA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Sullyvan Garcia da Silva.

GOIÂNIA-GO

2024

# VISÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS SOBRE A CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EM POLÍCIA COMUNITÁRIA

## SOLDIERS' PERSPECTIVE IN FORMATION AT THE MILITARY POLICE ACADEMY OF GOIÁS ON COMMUNITY POLICING TRAINING AND CAPACITY BUILDING

Franklim Pereira de Araujo<sup>1</sup>

Sullyvan Garcia da Silva<sup>2</sup>

### Resumo

A implementação de estratégias eficazes no âmbito da segurança pública é uma busca constante para promover uma abordagem mais integrada e colaborativa entre a polícia e a comunidade. Nesse contexto, o artigo teve como objetivo principal investigar a compreensão, percepções e experiências desses soldados no contexto da implementação da Polícia Comunitária. Para atingir esse propósito, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando questionários estruturados e validados, distribuídos por meio da plataforma Google Forms. Os soldados demonstraram uma compreensão significativa do conceito de Polícia Comunitária, destacando sua importância para a segurança pública. A maioria considerou a formação recebida como eficaz, indicando um alinhamento positivo com os princípios dessa abordagem. A pesquisa também revelou a percepção dos participantes sobre a influência da formação em suas práticas futuras, sugerindo um impacto substancial. Os resultados contribuem para a compreensão da eficácia do treinamento em Polícia Comunitária na preparação de profissionais de segurança, apontando áreas de sucesso e possíveis melhorias. Conclui-se enfatizando a importância contínua da avaliação e desenvolvimento dos programas de formação, visando uma implementação mais efetiva da Polícia Comunitária na prática policial. Sugere-se, portanto, a continuidade de pesquisas para avaliar a implementação prática da Polícia Comunitária pelos participantes após sua formação.

**Palavras-chave:** Polícia comunitária. Formação policial. Segurança pública.

### Abstract

The implementation of effective strategies in the field of public security is a constant pursuit to promote a more integrated and collaborative approach between the police and the community. In this context, the main objective of the article was to investigate the understanding, perceptions, and experiences of these soldiers in the context of implementing Community Policing. To achieve this purpose, a qualitative methodological approach was adopted, using structured and validated questionnaires distributed through the Google Forms platform. The soldiers demonstrated a significant understanding of the concept of Community Policing, highlighting its importance for public security. The majority considered the training received as effective, indicating a positive alignment with the principles of this approach. The research also revealed the participants' perception of the influence of training on their future

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: franklim.pereira@pm.go.gov.br. Telefone: (62) 98234-8385

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Doutor em Educação em Ciências (UnB). Email: sull.garcia@pm.go.gov.br.

practices, suggesting a substantial impact. The results contribute to understanding the effectiveness of Community Policing training in preparing security professionals, highlighting areas of success and potential improvements. The conclusion emphasizes the ongoing importance of evaluating and developing training programs for a more effective implementation of Community Policing in police practice. Further research is suggested to assess the practical implementation of Community Policing by participants after their training.

**Keywords:** Community Policing. Police Training. Public Security.

## 1 INTRODUÇÃO

O Policiamento Comunitário baseia-se na colaboração ativa da sociedade com as operações policiais, visando aprimorar as ações desenvolvidas. Isso envolve a interação nos trabalhos realizados, seja através da participação em reuniões com os órgãos de segurança pública, seja na identificação de possíveis autores de delitos. Além disso, a comunidade contribui prestando serviços, buscando soluções e otimizando os recursos da instituição. (Sousa, 2015).

Embora a aplicação efetiva do Policiamento Comunitário seja recente, os Estados, por meio da Segurança Pública, buscam medidas viáveis para reduzir a criminalidade e estreitar os laços entre a sociedade e as instituições que oferecem esses serviços. Portanto, é necessário observar que a implementação da Política de Polícia Comunitária representa uma possível solução para os conflitos enfrentados no Brasil.

A estratégia de Polícia Comunitária tem se destacado como uma abordagem eficaz na promoção da segurança pública, destacando a importância da integração, cooperação e participação ativa da comunidade no processo de policiamento. No âmbito da formação de novos policiais, torna-se fundamental compreender a percepção dos soldados em formação sobre a capacitação e treinamento em Polícia Comunitária. A Academia da Polícia Militar de Goiás desempenha um papel central nesse processo, moldando as perspectivas dos futuros profissionais e exercendo influência direta sobre suas práticas no campo.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprimorar a formação policial, orientando-a para abordagens mais colaborativas e centradas na comunidade. A Polícia Comunitária, ao enfatizar a interação positiva entre a polícia e os cidadãos, contribui para a construção de comunidades mais seguras e confiantes. Compreender como os recrutas percebem esse enfoque é essencial para otimizar os programas de treinamento, adaptando-os às expectativas e desafios do contexto local. Além disso, promover uma visão mais

abrangente da segurança pública, que vá além da simples reação a crimes, é fundamental para fortalecer o tecido social.

Ao concentrar-se na capacitação em Polícia Comunitária, a academia pode contribuir para a construção de uma cultura policial que valoriza o diálogo, a prevenção e a cooperação mútua. Assim, este estudo enriquece a compreensão acadêmica sobre o tema, fornecendo resultados práticos que podem auxiliar no aprimoramento da formação dos futuros agentes da Polícia Militar de Goiás.

No contexto da formação policial, surge a seguinte problemática: Como os recrutas na Academia da Polícia Militar de Goiás percebem a eficácia do treinamento em Polícia Comunitária? Essa percepção influencia sua compreensão do papel da polícia na comunidade e afeta sua capacidade de aplicar práticas comunitárias efetivas durante o exercício da função policial?

O objetivo principal do artigo é investigar a percepção dos recrutas na Academia da Polícia Militar de Goiás em relação à eficácia do treinamento em Polícia Comunitária. Pretende-se compreender como essa formação molda suas perspectivas sobre o papel da polícia na comunidade e como influencia suas práticas futuras.

A pesquisa adotará uma abordagem de revisão bibliográfica detalhada, combinada com uma pesquisa qualitativa. A revisão bibliográfica visa compreender a base teórica da Polícia Comunitária, enquanto a pesquisa qualitativa envolverá a aplicação de questionários aos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás. Os dados coletados serão submetidos a análise quantitativa e qualitativa, utilizando técnicas estatísticas e análise de conteúdo.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

No âmbito da discussão sobre a Polícia Comunitária e sua relevância no contexto da segurança pública, é essencial explorar dois aspectos cruciais que moldam sua efetividade: a inserção da Polícia Comunitária no panorama mais amplo da segurança pública e o treinamento e capacitação necessários para fortalecer essa abordagem. O entendimento da Polícia Comunitária no contexto da segurança pública é fundamental para apreciar como essa estratégia se encaixa no cenário mais amplo do policiamento, destacando sua importância na promoção da integração e colaboração entre a comunidade e as forças de segurança. Além disso, abordaremos a importância do treinamento específico e da capacitação dos profissionais encarregados de implementar a Polícia Comunitária, visando garantir que essas

práticas sejam eficazes, alinhadas com os princípios dessa abordagem e capazes de responder às dinâmicas desafiadoras da segurança pública contemporânea. Neste contexto, serão explorados em detalhes através dos subtemas.

## 2.1 A POLÍCIA COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, formulada sob os princípios do neoconstitucionalismo, estabelece que o Estado brasileiro existe para servir à sua população e não o contrário. O poder constituinte originário, nesse contexto, incorporou à Constituição direitos e princípios fundamentais para orientar a atuação estatal. Entre esses princípios estão a dignidade da pessoa humana, a legalidade, a presunção de inocência, o contraditório e a ampla defesa, que servem para limitar e proteger a população contra possíveis abusos por parte do poder estatal. (Brasil, 1988).

Diante desse arcabouço de princípios e garantias, a segurança pública brasileira, que anteriormente operava em um estado não democrático, teve que se adaptar à nova realidade. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabeleceu que a segurança pública é uma responsabilidade do Estado e de todos os cidadãos, distribuindo essa responsabilidade entre diversas instituições policiais, como as polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis, militares e corpos de bombeiros militares. (Brasil, 1988).

Essa reorganização das instituições de segurança pública definiu funções específicas para cada tipo de polícia. Por exemplo, a Polícia Federal, no âmbito da União, desempenha o papel de polícia judiciária, enquanto as Polícias Civis, no âmbito estadual, são responsáveis por essa função. As Polícias Militares ficam encarregadas do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública, enquanto os Corpos de Bombeiros atuam na defesa civil. Essa divisão funcional influencia a mentalidade e a ideologia adotadas por cada instituição, incluindo o enfoque na aplicação da filosofia de polícia comunitária. (Brasil, 1988).

De acordo com Sales, Alencar e Feitosa (2009), a introdução da polícia comunitária no Brasil ocorreu na década de 1980, ainda de forma limitada, devido à falta de políticas públicas que estabelecessem diretrizes claras. O país conta com diversas instituições policiais, cada estado possuindo duas polícias, além de polícias federais e guardas municipais. O Brasil, embora tenha um número considerável de instituições policiais em comparação com outros países, destaca-se pela presença de diversas unidades paramilitares especializadas. Contudo, cada instituição realiza as três atividades policiais principais: combate ao crime, manutenção da ordem e policiamento urbano.

Henriques (2008) esclarece que dois acontecimentos marcaram o impulso da polícia comunitária no Brasil. O primeiro foi o estabelecimento do regime democrático pela Constituição de 1988, considerado um grande incentivador dessa abordagem. O segundo foi o 1º Congresso Internacional sobre Policiamento Comunitário em 1991, evento que lançou as bases do policiamento comunitário no Brasil com a participação de pesquisadores e comandantes de várias polícias norte-americanas e canadenses.

Bayley e Skolnick (2002) destacam que quando policiais e comunidade são coprodutores da segurança pública, inúmeros benefícios são acumulados. Isso inclui uma prevenção mais efetiva ao crime, redução do medo da população e maior responsabilização por parte da polícia. A parceria entre polícia e comunidade fortalece o moral e a motivação policial.

Compreender o conceito de polícia comunitária é fundamental para este artigo. O planejamento, estratégias e ações de rotina definem os princípios e modos de atuação da polícia comunitária. A filosofia e estratégia organizacional da polícia comunitária propõem uma parceria entre a população e a polícia para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crime, drogas, medo do crime e desordens, visando melhorar a qualidade de vida da comunidade. A polícia comunitária é entendida como filosofia, estratégia organizacional e equilíbrio, buscando resolver problemas de criminalidade na sociedade moderna. (Costa, 2020).

Considerando a Polícia Comunitária como uma filosofia de trabalho e estratégia organizacional, é importante destacar que, na prática, ela se diferencia do Policiamento Comunitário, que se refere às ações concretas da polícia junto à comunidade. Enquanto a primeira deve ser vista apenas como uma filosofia organizacional independente do órgão policial, a segunda engloba as atividades efetivas realizadas junto à comunidade. Para esclarecer as diferenças entre ambas, é crucial reforçar os conceitos de Polícia Comunitária. Esta é uma abordagem na qual o policial atua como cidadão a serviço da comunidade, não apenas como uma força, sendo entendida como um serviço público antes de ser uma força pública. (Assis; Costa, 2023).

Para Camargo (2015), a Polícia Comunitária representa uma filosofia organizacional fundamentada na ideia de uma polícia prestadora de serviços, colaborando com a comunidade para criar uma sociedade pacífica e ordeira. Sua proposta não se resume a um programa ou Relações Públicas; ao contrário, busca resgatar a essência da polícia, estabelecendo uma parceria com a população, compartilhando responsabilidades pela manutenção da paz e cumprimento da lei.

Dessa forma, infere-se que a ideia central da Polícia Comunitária gira em torno da possibilidade de aproximar os profissionais de segurança da comunidade em que atuam, conferindo-lhes características humanas em vez de serem vistos apenas como um número de telefone ou uma unidade física de referência. Isso permite a realização de um trabalho amplo e sistemático, considerando mais detalhes e planejamento.

Nesse contexto, Sousa e Ferreira (2016), acrescenta que a Polícia Comunitária é entendida como um policiamento mais sensível aos problemas locais, identificando não apenas questões relacionadas à criminalidade, mas abrangendo todos os problemas enfrentados pela comunidade. Essa abordagem estabelece uma parceria significativa entre a comunidade e a polícia.

Conforme Bayley e Skolnick (2002), o Policiamento Comunitário, por sua vez, é a forma de realizar as atividades de prestação de serviços à comunidade, buscando estabelecer uma ordem conjunta mediante planejamento e equilíbrio, considerando as necessidades de todos os envolvidos. O encorajamento da população a perceber a polícia como um meio para lidar com os problemas locais é fundamental nesse processo.

De acordo com o Ministério da Justiça, a filosofia de Polícia Comunitária busca resgatar a essência das atividades policiais, incentivando a participação e o apoio da comunidade para tornar as ações policiais mais eficientes. Essa interação visa reduzir problemas enfrentados pelos policiais no futuro, contribuindo para a paz e influenciando positivamente na qualidade de vida da comunidade. (Matrak Filho, 2010).

O atual modelo de polícia busca ser um serviço policial que se aproxima das pessoas, personalizando a polícia e tornando-a uma presença comum no cotidiano. Desde sua implantação, a filosofia e os métodos de estratégia organizacional da Polícia Comunitária têm se baseado na ideia de que a população e as instituições estatais de uma região podem e devem trabalhar juntas para identificar e resolver problemas comuns, especialmente aqueles relacionados à segurança pública. (Assis; Costa, 2023).

Para Costa (2020), a interação colaborativa entre a polícia e a comunidade, caracterizada por essa troca cooperativa, é responsável pela resolução de diversos problemas sociais, incluindo drogas, criminalidade e medo da violência. Essa abordagem, portanto, contribui para a tentativa de implementar melhorias em bairros decadentes, visando aprimorar a expectativa de vida em determinadas comunidades.

Segundo a Polícia Militar de Goiás, o policiamento comunitário não busca criar uma nova instituição policial, mas sim transformar as ações dos policiais, principalmente da Polícia Militar, promovendo uma evolução constante para melhorar as condições de vida na

sociedade. Existem projetos de polícia comunitária em vigor, como a Rede de Apoio à Segurança (RAS), Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e Polícia Militar Mirim (PMM). No entanto, enfrenta-se desafios consideráveis na adoção dessa filosofia no trabalho policial, destacando-se a cultura enraizada nas corporações policiais e na sociedade, muitas vezes estimulada pela imprensa sensacionalista, que perpetua o uso abusivo da força nas práticas de desordem, violência e crime.

Diante desse panorama, observa-se que a colaboração entre polícia comunitária e cidadãos pode ter diversos desdobramentos, incluindo uma melhor gestão administrativa, resolução de problemas e conflitos na origem, fortalecimento dos mecanismos de segurança pública e motivação tanto da comunidade quanto dos policiais para enfrentar desafios relacionados à violência e à criminalidade.

## 2.2 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

No estado de Goiás, a Polícia Militar incluiu em seu curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública a disciplina de Estudos Sociais de Polícia, dedicada ao Policiamento Comunitário. Adotando esse modelo, a PM goiana fundamenta sua atuação na descentralização da autoridade policial, distribuindo-a à menor fração de tropa, a guarnição de radiopatrulha, e fixando o policial a uma base geográfica denominada Quadrante. Os princípios orientadores desse modelo são a Redefinição Estratégica, o Comprometimento, o Policiamento Gerencial, a Parceria, a Confiabilidade e a Setorização.

Para padronizar o atendimento, a polícia dispõe do Procedimento Operacional Padrão (POP), um documento que orienta cada etapa do processo, desde a data e o nome do comandante responsável pela guarnição até as ações corretivas e as possibilidades de erros. Essa abordagem permite ao policial seguir procedimentos esperados, proporcionando uma avaliação por parte dos superiores, um controle pela sociedade e uma análise para aprimoramento constante.

De acordo com Sales, Alencar e Feitosa (2009), o objetivo da polícia é controlar os delitos sérios com eficácia, destacando habilidades operacionais como patrulhamento, resposta rápida e investigação retrospectiva. Ele aponta que o policiamento tradicional tem falhado no controle e prevenção do crime, promovendo uma separação prejudicial entre a polícia e as comunidades atendidas. Além disso, destaca que o policiamento comunitário envolve os cidadãos na linha de frente contra o crime, afetando os objetivos da corporação e gerando desafios na identificação de problemas prioritários.

A prática policial comunitária em Goiás reflete a implementação das inovações com disciplinas específicas no curso de formação policial, incluindo o Procedimento Operacional Padrão, que dedica uma seção ao policiamento comunitário no procedimento 210 do POP. Essa abordagem busca enfrentar as demandas e desafios, promovendo mudanças estruturais nas instituições e na cultura da sociedade para fortalecer a confiança e a cooperação mútuas.

O Procedimento Operacional Padrão (POP) apresenta cinco etapas, fornecendo orientações sobre o policiamento. A primeira etapa, chamada "Monitoramento", é atribuída ao Comandante da Guarnição. Suas responsabilidades incluem definir locais propensos a atividades criminosas, identificar pessoas com histórico de envolvimento com a criminalidade ou maior vulnerabilidade, realizar aproximação e monitoramento dos pontos designados. Segundo o POP, o "Monitoramento" refere-se à atividade em que os policiais militares realizam o patrulhamento conforme as diretrizes do Procedimento Operacional Padrão, saturando uma área para verificar locais e pessoas, acompanhando a rotina da comunidade para aumentar a segurança e promover convívio social harmônico.

A segunda etapa é a "Visita Comunitária", que envolve a definição de locais e pessoas a serem visitados. Isso inclui a abordagem, os primeiros contatos com locais e pessoas, apresentação do policial, obtenção de informações pessoais, atividade profissional, tempo de residência no local, anseios e necessidades. Durante a visita, é essencial que o policial oriente o cidadão a adotar um comportamento proativo, evitar ser vítima fácil e atuar como fiscal da segurança pública.

A terceira etapa, "Visita Solidária", difere da visita comunitária, pois envolve o atendimento policial militar à pessoa vítima de ação delituosa. Nessa visita, o policial toma conhecimento do ocorrido e, caso a conduta da vítima tenha contribuído para o delito, fornece orientações para ajustar seu comportamento e evitar incidentes futuros.

A quarta etapa é a "Reunião mensal de segurança comunitária", liderada pelo Comandante da Unidade Policial Militar (UPM). O Comandante seleciona os participantes, define o local, data, horário e a condução da reunião. Participam da reunião todas as pessoas ou instituições capazes de influenciar a qualidade de vida na região. O objetivo é apresentar autoridades públicas, líderes comunitários, dados do trabalho da Polícia Militar de Goiás e fornecer orientações sobre cultura de segurança.

A última etapa, "Mensuração de produtividade", é responsabilidade do Gestor de Sistema de Informação Operacional da PMGO. Ele coleta e registra dados de todos os atendimentos, visando avaliar a produtividade integral do serviço policial militar. Essas

informações são essenciais para o planejamento de ações e aprimoramento da qualidade do serviço.

Ao implementar essas etapas, o POP busca padronizar as práticas de policiamento, garantindo que os policiais sigam procedimentos consistentes e orientados para resultados. A ênfase no monitoramento, visitas comunitárias, visitas solidárias, reuniões mensais de segurança comunitária e mensuração de produtividade reflete a estratégia de Policiamento Comunitário adotada pela Polícia Militar de Goiás.

Essas diretrizes buscam fortalecer o comprometimento do efetivo militar e incentivar a parceria efetiva entre a polícia e a comunidade. Ao promover uma abordagem descentralizada, baseada na confiabilidade e setorização, o Policiamento Comunitário visa estabelecer uma relação de respeito mútuo entre policiais e cidadãos, contribuindo para uma convivência harmoniosa e aprimorando a segurança pública. A implementação do POP, com suas etapas bem definidas, oferece uma estrutura organizacional para a efetivação desses princípios na rotina operacional da Polícia Militar de Goiás.

### **3 METODOLOGIA**

Com base na temática proposta, conduziu-se uma pesquisa acadêmica com o objetivo de explorar e elucidar a perspectiva dos Soldados em formação em relação à capacitação e treinamento em Polícia Comunitária. Para embasar essa investigação, realizou-se uma breve revisão da literatura, abordando temas como segurança pública e o estabelecimento da Polícia Comunitária em Goiás. Além disso, foram discutidos os tópicos pertinentes ao policiamento comunitário, conforme delineado no Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A abordagem metodológica adotada para a pesquisa é qualitativa, envolvendo a elaboração de questionários estruturados, previamente validados por especialistas, destinados aos alunos em formação. Estes questionários visam explorar diversos aspectos, tais como a percepção inicial dos participantes, a eficácia do processo formativo, a relação entre percepção adquirida e futuras práticas, bem como possíveis lacunas na formação em Polícia Comunitária.

O campo da pesquisa compreende a Academia da Polícia Militar de Goiás, e a coleta de dados será realizada por meio da plataforma Google Forms. Os questionários serão disponibilizados aos soldados em formação por meio de um link compartilhado via WhatsApp.

Os dados coletados serão submetidos a uma análise abrangente, incorporando métodos quantitativos e qualitativos. Utilizar-se-ão técnicas estatísticas para avaliação quantitativa, enquanto a análise de conteúdo será empregada para compreensão aprofundada das respostas qualitativas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com a coleta de dados concluída, este segmento visa apresentar e discutir os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada na Academia da Polícia Militar de Goiás, com uma amostra de 38 soldados em formação.

A primeira questão da pesquisa buscou avaliar a compreensão dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás sobre o conceito de Polícia Comunitária. Os resultados apresentam uma distribuição variada nas respostas, com a maioria indicando uma compreensão clara ou muito clara do conceito, representando 19 e 14 participantes, respectivamente. Apenas um participante afirmou não ter clareza sobre o conceito, enquanto dois responderam como neutros e outros dois indicaram uma compreensão pouco clara.

Esses resultados podem ser interpretados à luz da revisão teórica, que destacou a importância da compreensão da Polícia Comunitária como uma filosofia organizacional e estratégia para estabelecer uma parceria efetiva entre a polícia e a comunidade (Camargo, 2015). A ênfase na aproximação entre profissionais de segurança e comunidade, bem como o entendimento da polícia como prestadora de serviços em colaboração com a comunidade, são elementos essenciais do conceito de Polícia Comunitária (Costa, 2020; Assis; Costa, 2023).

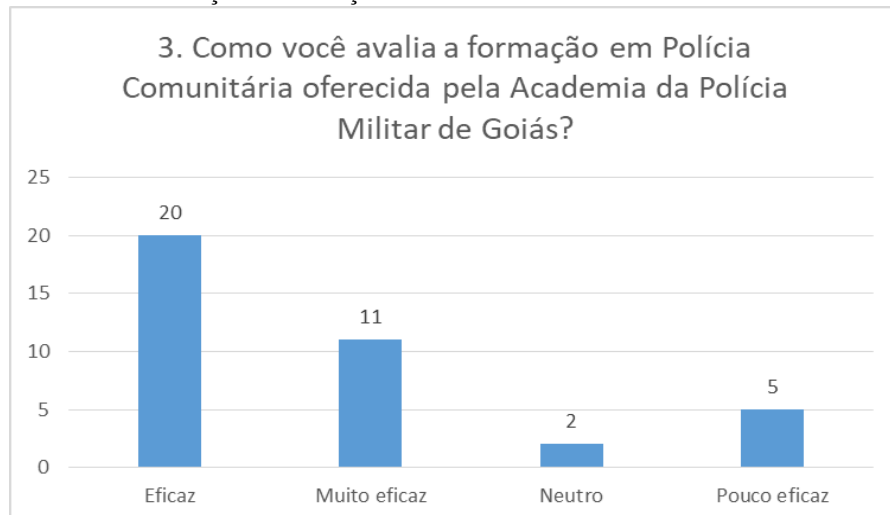
A segunda questão da pesquisa visou explorar a percepção dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás sobre a importância da Polícia Comunitária para a segurança pública. Os resultados indicam que a maioria dos participantes (22) considera a Polícia Comunitária como "muito importante," enquanto 15 a classificam como "importante." Apenas um participante respondeu como neutro.

Esses resultados refletem a tendência dos participantes em reconhecerem a relevância da Polícia Comunitária, alinhando-se com a revisão teórica que destaca os benefícios dessa abordagem para a segurança pública. Bayley e Skolnick (2002) afirmam que, quando há uma colaboração efetiva entre a polícia e a comunidade, inúmeros benefícios são acumulados, incluindo prevenção mais efetiva ao crime, redução do medo da população e maior responsabilização por parte da polícia. A parceria entre polícia e comunidade fortalece o moral e a motivação policial.

Essa percepção positiva da importância da Polícia Comunitária para a segurança pública está alinhada com a proposta de transformação no modelo de polícia brasileira, que, após a Constituição de 1988, incorporou princípios como a dignidade da pessoa humana, a legalidade, e a presunção de inocência, promovendo uma abordagem mais democrática e participativa na segurança pública (Brasil, 1988; Henriques, 2008).

A terceira questão buscou avaliar a percepção dos soldados em formação sobre a eficácia da formação em Polícia Comunitária oferecida pela Academia da Polícia Militar de Goiás. Os resultados revelam que a maioria dos participantes (20) considera a formação como "eficaz," enquanto 11 a classificam como "muito eficaz." Cinco participantes a avaliam como "pouco eficaz," e dois responderam como neutro.

Gráfico 1 – Avaliação da formação em Polícia Comunitária



Fonte: O Autor (2024).

A predominância das respostas positivas sugere que a formação em Polícia Comunitária na Academia é percebida como eficaz pelos soldados em formação. Esse resultado pode indicar que a abordagem adotada na academia está alinhada com os princípios e práticas da Polícia Comunitária, como delineado na revisão teórica.

Bayley e Skolnick (2002) destaca a importância do treinamento específico e da capacitação dos profissionais encarregados de implementar a Polícia Comunitária para garantir a eficácia dessas práticas. A presença de uma avaliação predominantemente positiva sugere que a formação na Academia da Polícia Militar de Goiás está atendendo às expectativas dos recrutas em relação ao aprendizado da filosofia e práticas da Polícia Comunitária.

No entanto, é relevante considerar as respostas dos participantes que a classificaram como "pouco eficaz." Essas respostas indicam a existência de desafios ou lacunas percebidas na formação oferecida. Isso destaca a importância contínua de avaliação e aprimoramento dos programas de treinamento, conforme apontado por Sousa e Ferreira (2016), para garantir que os profissionais estejam devidamente preparados para implementar efetivamente a Polícia Comunitária na prática.

A quarta questão buscou entender a percepção dos soldados em formação sobre a influência da formação em Polícia Comunitária em suas práticas futuras como policiais. Os resultados indicam que a maioria expressiva, com 23 participantes, acredita que a formação terá uma influência "completa" em suas práticas futuras, enquanto 13 a veem como uma influência "moderada." Apenas um participante respondeu como neutro, e um considerou que a formação terá uma influência "pouca."

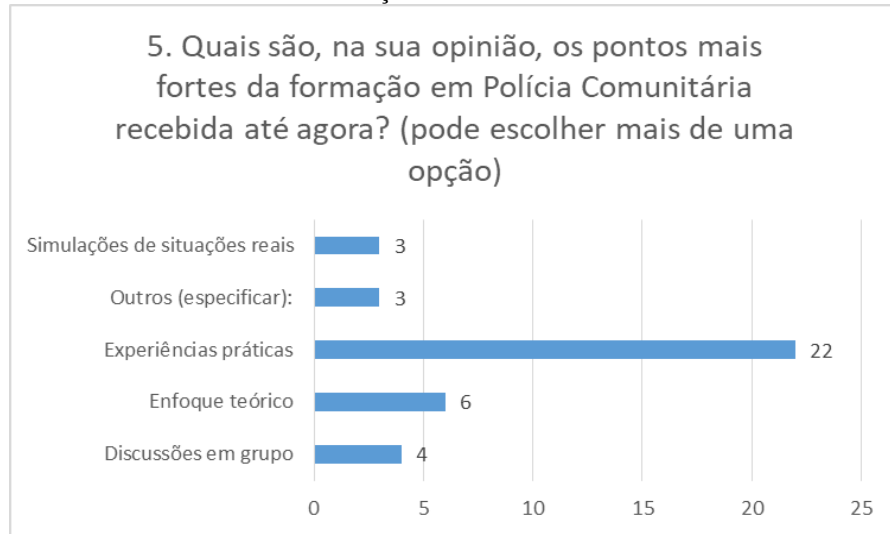
Esses resultados sugerem uma tendência positiva em relação à percepção dos participantes sobre o impacto da formação em Polícia Comunitária em suas práticas profissionais futuras. Henriques (2008) corrobora essa perspectiva ao destacar que a implementação eficaz da Polícia Comunitária está diretamente relacionada à formação adequada dos profissionais.

A visão majoritariamente positiva sobre a influência da formação nas práticas futuras é consistente com a ideia de que a Polícia Comunitária, quando incorporada à filosofia e estratégia organizacional, promove uma parceria entre a polícia e a comunidade para resolver problemas contemporâneos (Costa, 2020).

Contudo, é válido observar a presença de respostas que indicam uma influência "moderada" ou "pouca." Essas respostas podem apontar para possíveis desafios na internalização dos princípios da Polícia Comunitária ou na percepção de sua aplicabilidade prática. Esses desafios podem estar relacionados à cultura organizacional existente nas instituições policiais, como mencionado por Sousa (2015), que destaca a resistência à mudança como uma barreira para a implementação efetiva da Polícia Comunitária.

A quinta questão buscou identificar os pontos mais fortes da formação em Polícia Comunitária, conforme percebidos pelos soldados em formação. Os resultados apontam para uma variedade de elementos valorizados pelos participantes, sendo as opções mais selecionadas: Experiências práticas, com 22 respostas, seguida por Enfoque teórico, com 6 respostas, Discussões em grupo, com 4 respostas, e Simulações de situações reais, com 3 respostas. Além disso, três participantes mencionaram "Outros," sem especificar.

Gráfico 2 – Pontos fortes da formação



Fonte: O Autor (2024).

A distribuição de respostas reflete uma valorização significativa das experiências práticas na formação em Polícia Comunitária. Essa preferência está alinhada com a literatura que destaca a importância do Policiamento Comunitário ser mais do que uma teoria, envolvendo práticas concretas e ações efetivas junto à comunidade (Bayley e Skolnick, 2002). A ênfase em experiências práticas pode proporcionar aos participantes uma compreensão mais profunda da aplicação dos conceitos teóricos no contexto real, contribuindo para uma formação mais eficaz.

O enfoque teórico, embora menos mencionado em comparação com as experiências práticas, também recebeu reconhecimento. Tal fator sugere que os participantes valorizam a compreensão teórica dos princípios subjacentes à Polícia Comunitária, o que é fundamental para uma implementação bem-sucedida (Costa, 2020). A combinação de teoria e prática é crucial para desenvolver uma abordagem holística na formação em Polícia Comunitária (Henriques, 2008).

As discussões em grupo foram mencionadas por alguns participantes, indicando a importância do compartilhamento de experiências e perspectivas entre os membros do grupo. Esse aspecto está alinhado com a ideia de que a Polícia Comunitária envolve uma parceria entre a polícia e a comunidade, destacando a importância da comunicação e colaboração (Bayley e Skolnick, 2002).

As simulações de situações reais também foram mencionadas por alguns participantes como pontos fortes. Isso sugere que a prática simulada de cenários específicos pode ser uma ferramenta eficaz na formação em Polícia Comunitária, permitindo que os participantes apliquem seus conhecimentos teóricos em situações práticas controladas.

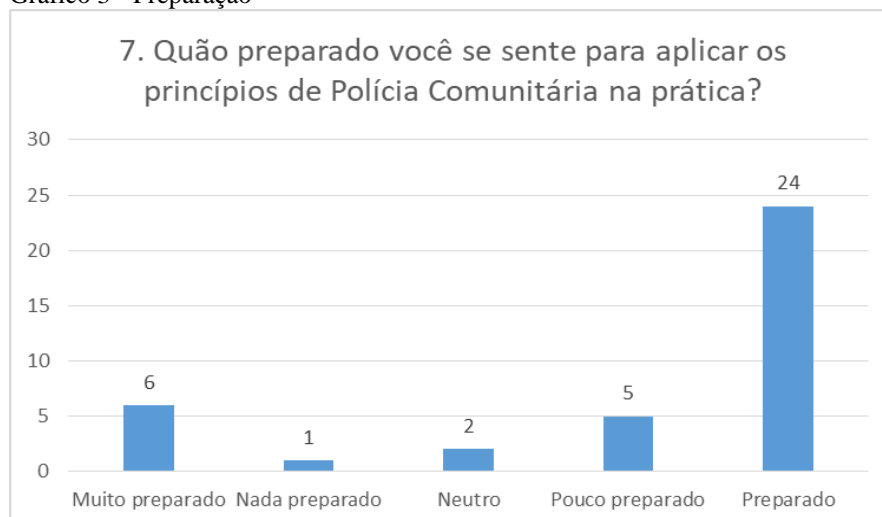
A sexta questão buscou avaliar a percepção dos soldados em formação sobre a capacidade da Polícia Comunitária em melhorar a confiança entre a comunidade e a polícia. Os resultados revelam que a maioria dos participantes concorda plenamente (25 respostas), enquanto 13 participantes concordam.

Essa resposta positiva corrobora com a literatura, que destaca a confiança como um dos principais benefícios da implementação da Polícia Comunitária (Bayley e Skolnick, 2002). A filosofia da Polícia Comunitária, ao enfatizar a colaboração e parceria entre a polícia e a comunidade, visa construir uma relação de confiança mútua (Camargo, 2015). A confiança é fundamental para fortalecer o comprometimento e a cooperação entre ambas as partes, contribuindo para uma abordagem mais eficaz na prevenção e resolução de problemas locais (Bayley e Skolnick, 2002).

A confiança entre a polícia e a comunidade é especialmente relevante em contextos de Polícia Comunitária, onde a ênfase é na coprodução da segurança pública (Bayley e Skolnick, 2002). Quando a comunidade confia na polícia e vice-versa, há maior probabilidade de colaboração em iniciativas conjuntas, levando a uma melhor compreensão das necessidades locais e uma resposta mais eficaz aos desafios enfrentados pela comunidade (Costa, 2020).

A sétima questão buscou avaliar a autopercepção dos soldados em formação sobre sua preparação para aplicar os princípios da Polícia Comunitária na prática. A análise dos resultados indica que a maioria dos participantes se sente preparada (24 respostas), seguida por "muito preparada" (6 respostas). Poucos se consideram pouco preparados (5 respostas), e apenas uma pessoa respondeu que se sente nada preparada.

Gráfico 3 - Preparação



Fonte: O Autor (2024).

Essa distribuição de respostas sugere que, globalmente, a amostra se sente, em sua maioria, adequadamente preparada para aplicar os princípios da Polícia Comunitária na prática. Esse resultado é encorajador, pois a eficácia da Polícia Comunitária depende significativamente da compreensão e implementação adequada de seus princípios pelos profissionais de segurança (Bayley e Skolnick, 2002).

A formação em Polícia Comunitária desempenha um papel crucial nesse preparo, conforme discutido na revisão teórica. A literatura destaca a importância do treinamento específico e da capacitação dos profissionais encarregados de implementar a Polícia Comunitária (Costa, 2020). A preparação eficaz envolve não apenas a compreensão teórica, mas também a aplicação prática dos princípios, como destacado por Camargo (2015).

É relevante ressaltar que, mesmo que a maioria se sinta preparada, é necessário um acompanhamento contínuo, reforço e atualização para garantir a eficácia a longo prazo da implementação da Polícia Comunitária, conforme Bayley e Skolnick (2002).

A oitava questão visou avaliar a participação dos soldados em formação em simulações práticas relacionadas à Polícia Comunitária durante seu treinamento. A análise dos resultados revela que a maioria dos participantes (22 respostas) afirmou ter participado de simulações práticas, enquanto 16 responderam que não participaram.

A participação em simulações práticas é uma componente fundamental do treinamento em Polícia Comunitária, como discutido na revisão teórica. Henriques (2008) destaca que a filosofia de polícia comunitária envolve ações práticas e uma abordagem voltada para a resolução de problemas específicos da comunidade. Além disso, a simulação de situações reais foi identificada como um dos pontos fortes da formação em Polícia Comunitária na quinta pergunta da pesquisa, indicando sua importância percebida pelos participantes.

A diferença nas respostas entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram de simulações práticas destaca a necessidade de garantir que todos os soldados em formação tenham oportunidades semelhantes de envolvimento prático. Tal fator reforça a importância da inclusão de simulações práticas no currículo de treinamento em Polícia Comunitária para garantir uma preparação abrangente e eficaz dos profissionais de segurança.

A nona pergunta buscou compreender a percepção dos soldados em formação sobre a contribuição da Polícia Comunitária para a prevenção de crimes a longo prazo. A análise dos

resultados revela que a maioria dos participantes concorda (22 respostas) ou concorda plenamente (16 respostas) com a afirmativa.

Esse resultado está alinhado com o estudado no referencial teórico, que destaca a ênfase da Polícia Comunitária na prevenção do crime como parte integrante de sua abordagem. Bayley e Skolnick (2002) mencionam que quando a polícia e a comunidade colaboram, a prevenção ao crime é aprimorada. A parceria entre a polícia e a comunidade, conforme proposta pela Polícia Comunitária, tem o potencial de identificar e abordar problemas antes que se tornem crises e contribuir para a redução sustentável da criminalidade ao longo do tempo.

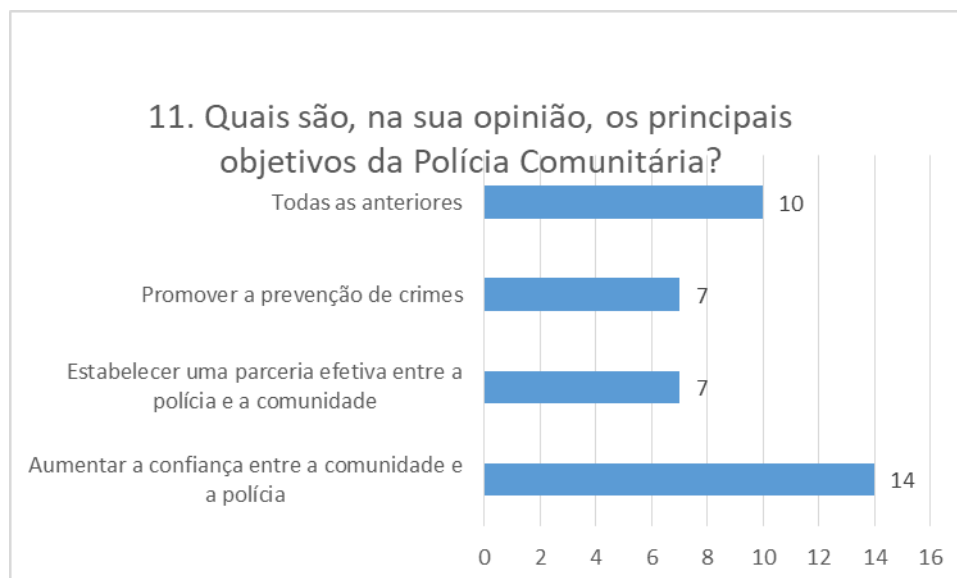
A décima pergunta buscou avaliar o grau de importância atribuído pelos soldados em formação à parceria entre a polícia e a comunidade no contexto da Polícia Comunitária. Os resultados indicam que a maioria dos participantes considera a parceria importante (20 respostas) ou muito importante (17 respostas).

Essa percepção está em consonância com os fundamentos da Polícia Comunitária, que enfatiza a colaboração e a cooperação entre a polícia e a comunidade como pedra angular de sua abordagem (Bayley e Skolnick, 2002). A importância atribuída à parceria entre a polícia e a comunidade é uma característica distintiva da Polícia Comunitária, visando criar uma relação de confiança mútua e promover a coresponsabilidade na segurança pública (Henriques, 2008).

A ênfase na importância da parceria também reflete a compreensão de que a eficácia da Polícia Comunitária está intrinsecamente ligada à participação ativa da comunidade na identificação de problemas e na busca por soluções (Sales et al., 2009). Quando a comunidade se torna parceira na promoção da segurança, a polícia pode agir de maneira mais eficiente, baseando suas ações nas necessidades reais da população (Camargo, 2015).

A décima primeira pergunta buscou identificar, na visão dos soldados em formação, os principais objetivos da Polícia Comunitária.

Gráfico 4 – Principais objetivos



Fonte: O Autor (2024).

Essa distribuição sugere que os participantes reconhecem múltiplos objetivos para a Polícia Comunitária, destacando a importância de aumentar a confiança entre a comunidade e a polícia como o objetivo mais prevalente.

Essa percepção está em alinhada com Bayley e Skolnick (2002), que destaca a construção de confiança e parceria como fundamentais para o sucesso da Polícia Comunitária. A confiança é vista como uma condição essencial para a colaboração efetiva entre a polícia e a comunidade, permitindo uma troca de informações mais aberta e a identificação conjunta de soluções para os problemas locais (Henriques, 2008).

Ademais, a associação da Polícia Comunitária com a prevenção de crimes também é refletida nos resultados, indicando uma compreensão dos soldados em formação sobre a natureza proativa dessa abordagem (Sales et al., 2009). A prevenção de crimes, juntamente com o fortalecimento da parceria e da confiança, representa uma tríade de objetivos que sustentam a eficácia da Polícia Comunitária.

Na décima segunda pergunta buscou avaliar a concordância dos soldados em formação em relação à descentralização da autoridade policial, um dos princípios fundamentais da Polícia Comunitária. A maioria dos participantes expressou concordância ou concordância plena com a descentralização da autoridade policial, sugerindo um alinhamento significativo com os princípios da Polícia Comunitária. Esse resultado está em consonância com a literatura que destaca a descentralização como uma característica-chave para o sucesso dessa abordagem (Bayley e Skolnick, 2002).

A descentralização da autoridade para a menor fração de tropa é vista como um meio de aumentar a responsabilidade e a capacidade de resposta da polícia às necessidades

específicas da comunidade local (Camargo, 2015). A capacidade de tomar decisões no nível mais próximo da comunidade permite uma abordagem mais flexível e adaptativa, promovendo uma resposta mais eficaz aos desafios locais.

No entanto, é importante notar que houve algumas respostas de discordância e neutralidade. Essas respostas podem indicar uma variedade de perspectivas dentro do grupo de soldados em formação, destacando a importância de considerar abordagens de implementação que levem em conta diferentes contextos e visões individuais (Matrak Filho, 2010).

A décima terceira pergunta buscou avaliar quem já teve treinamento específico sobre como interagir e colaborar com a comunidade durante sua formação. A prevalência de respostas afirmativas sugere que a Academia da Polícia Militar de Goiás tem uma abordagem que prioriza o treinamento específico para interação com a comunidade. Isso é consistente com a ênfase dada na literatura à importância desse tipo de treinamento para uma implementação eficaz da Polícia Comunitária (Bayley e Skolnick, 2002; Sousa e Feirreir, 2016).

Os participantes que não receberam treinamento específico podem enfrentar desafios na aplicação prática da Polícia Comunitária. A literatura destaca que a interação eficaz com a comunidade é essencial para o sucesso dessa abordagem policial, e a falta de treinamento pode impactar negativamente essa interação (Henriques, 2008; Sales et al., 2009).

A pergunta 14 buscou avaliar a percepção dos soldados em formação sobre a contribuição da Polícia Comunitária para uma abordagem mais proativa na resolução de problemas na comunidade. Os resultados evidenciaram uma forte concordância com essa proposição, com 23 participantes concordando e 15 concordando plenamente.

Essa expressiva concordância dos participantes corrobora com a abordagem teórica apresentada na revisão da literatura. Bayley e Skolnick (2002) destacam que a Polícia Comunitária, por meio de sua filosofia, busca adotar uma abordagem proativa, priorizando a prevenção de problemas em detrimento da resposta reativa a incidentes já ocorridos. A ideia de uma polícia mais pró-ativa é alinhada com a natureza preventiva da Polícia Comunitária, que visa antecipar e resolver questões antes que se transformem em crises (Camargo, 2015).

Ao concordarem e concordarem plenamente com a capacidade da Polícia Comunitária em adotar uma abordagem proativa na resolução de problemas, os participantes reforçam a importância dessa filosofia para a atuação policial. Essa perspectiva está alinhada com a visão de que a Polícia Comunitária não se limita a responder a crimes, mas busca ativamente criar condições para a segurança da comunidade (PMGO, 2017).

A pergunta 15 buscou investigar se os participantes perceberam mudanças em sua percepção sobre a comunidade após a formação em Polícia Comunitária. Os resultados indicam que a maioria expressiva, 36 participantes, afirmaram ter percebido mudanças, enquanto apenas 2 responderam negativamente.

Essa percepção positiva pode ser interpretada à luz da proposta da Polícia Comunitária de promover uma maior integração entre a polícia e a comunidade. A filosofia da Polícia Comunitária visa não apenas capacitar os policiais, mas também sensibilizá-los para compreender melhor a dinâmica e as necessidades da comunidade em que atuam (Bayley e Skolnick, 2002).

A ênfase na mudança de percepção dos participantes está alinhada com a ideia de que a Polícia Comunitária busca transformar a visão tradicional de policiamento, incentivando uma compreensão mais holística e colaborativa das questões de segurança (Henriques, 2008). A transformação na percepção dos policiais é vista como um componente crucial para o estabelecimento de parcerias eficazes com a comunidade (Sales et al., 2009).

Na pergunta aberta sobre sugestões para aprimorar a formação em Polícia Comunitária na Academia, foram recebidas diversas respostas, totalizando 15 participantes que compartilharam suas opiniões e sugestões. As respostas apresentaram uma variedade de ideias, indicando a diversidade de perspectivas e expectativas dos soldados em formação.

Uma das sugestões recorrentes foi a importância de visitas reais à comunidade. Um participante especificou que essas visitas deveriam incluir áreas consideradas "zonas quentes de criminalidade", indicando uma preocupação em focar em regiões mais afetadas por questões de segurança. Essa sugestão está alinhada com a ênfase na presença efetiva da polícia em áreas vulneráveis, uma das premissas da Polícia Comunitária (Camargo, 2015).

Outra sugestão relevante foi a necessidade de mais interação com a comunidade, seja através de eventos específicos ou em datas comemorativas. Essa abordagem ressalta a importância da construção de vínculos com a comunidade ao longo do tempo, buscando fortalecer a confiança e o entendimento mútuo (Bayley e Skolnick, 2002).

A sugestão de adicionar policiais descaracterizados em comunidades carentes destaca a importância da abordagem proativa e preventiva da Polícia Comunitária (Matrak Filho, 2010). Essa estratégia visa estabelecer uma presença policial menos ostensiva, focada na construção de relacionamentos positivos.

Em relação à formação, uma sugestão específica foi a inclusão de mais aulas e uma matéria com maior enfoque em situações reais. Isso sugere um desejo por uma formação mais

prática e contextualizada, alinhada à ênfase na aplicação prática da filosofia de Polícia Comunitária (PMGO, 2017).

As sugestões dos participantes destacam a necessidade de mais interação direta com a comunidade, ênfase em áreas de alta criminalidade, abordagens preventivas e uma formação mais prática. Essas sugestões fornecem insights valiosos para o aprimoramento contínuo da formação em Polícia Comunitária.

Os resultados desta pesquisa proporcionam uma compreensão valiosa da perspectiva dos soldados em formação em relação à Polícia Comunitária. A positividade geral expressa pelos participantes sugere um potencial significativo para a integração bem-sucedida dessa abordagem na prática policial. As sugestões apresentadas oferecem orientações práticas para aprimorar futuras iniciativas de treinamento em Polícia Comunitária na Academia da Polícia Militar de Goiás.

É essencial reconhecer as limitações deste estudo, como o tamanho da amostra e a especificidade do contexto da Academia da Polícia Militar de Goiás. Recomenda-se a continuidade de pesquisas para avaliar a implementação prática da Polícia Comunitária pelos participantes após sua formação.

## **5 CONCLUSÃO**

A pesquisa revelou que a formação em Polícia Comunitária na Academia da Polícia Militar de Goiás tem impacto positivo na compreensão, percepção e eficácia percebida pelos soldados em formação. Embora a maioria compreenda o conceito e reconheça sua importância, algumas respostas indicam desafios na internalização dos princípios. A confiança entre a polícia e a comunidade é percebida como fundamental, e as sugestões dos participantes destacam a necessidade de aprimoramentos práticos e maior interação com a comunidade.

Dessa forma, enfatizam a importância contínua da avaliação e desenvolvimento do programa de formação para promover eficazmente a Polícia Comunitária. Os resultados desta pesquisa indicam uma receptividade positiva por parte dos soldados em formação em relação à Polícia Comunitária, evidenciando um potencial significativo para a integração bem-sucedida dessa abordagem na prática policial. Contudo, as limitações da pesquisa, como o tamanho da amostra e o contexto específico, devem ser reconhecidas.

Recomenda-se pesquisas futuras para avaliar a implementação prática da Polícia Comunitária pelos participantes após sua formação, proporcionando uma compreensão mais

abrangente do impacto dessa abordagem na eficácia policial e na interação com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Danieli Aparecida Ramos; COSTA, Jaider dos Santos. A reestruturação do modelo de segurança pública brasileiro: polícia comunitária e as barreiras para sua inserção. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 2, p. 7004-7013, 2023.

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Policiamento Comunitário: Questão e Práticas Através do Mundo. Trad. Ana Luíza Amendola Pinheiro. **Coleção Polícia e Sociedade**. São Paulo: EDUSP, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, 2015.

COSTA, Alexandre Rodrigues. Da Prevenção À Investigação: Como A Filosofia De Polícia Comunitária Pode Ser Aplicada Na Polícia Civil De Goiás. **QUALIA: a ciência em movimento**, v. 6, n. 1, p. 1-24, 2020.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Polícia que conversa: reciprocidade, publicidade e accountability na implantação da filosofia de polícia comunitária. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 36, p. 40-47, 2008.

MATRAK FILHO, Riskala. A doutrina de polícia repressiva e a sua aplicação na filosofia de polícia comunitária. **Revista Ordem Pública**, v. 3, n. 1, p. 41-56, 2010.

PMGO. Polícia Militar de Goiás. **Policiamento Operacional Padrão: POP**. 3a ed. rev. e ampl. Goiânia: PMGO, 2014.

PMGO. Polícia Militar de Goiás. **Policiamento Comunitário**. Goiânia: PMGO, 2017.

SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 281-296, 2009.

SOUSA, Reginaldo Canuto de. **Polícia Comunitária : a Participação Social na Construção da Segurança Pública Brasileira** : Edição do Autor, 2015.

SOUSA, Reginaldo Canuto; FEIRREIRA, Maria D.'Alva Macedo. Polícia Comunitária: Avanços e Retrocessos na Política de Segurança Pública Brasileira. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 14, n. 1, p. 220-244, 2016.